



## RESOLUÇÃO DO SETORIAL NACIONAL ECOSSOCIALISTA “PAULO PIRAMBA” DO PSOL PARA O 7º CONGRESSO PARTIDÁRIO

*Ante a gravidade da crise ambiental, e sua cada vez mais profunda repercussão cotidiana na vida do Planeta, provocada pelo aquecimento global, o Partido Socialismo e Liberdade representado no 7º Congresso Nacional, adota a seguinte resolução política:*

A crise ambiental que atinge o planeta está a provocar enormes consequências para a natureza e para o ser humano, afetando seriamente as condições – materiais e espirituais - de subsistência da espécie humana e de todas as espécies vivas, pondo em risco inclusive a sobrevivência humana no planeta.

A crise ambiental é diretamente decorrente do modo de produção que domina o planeta, modo de produção este que está baseado na competição individual, na propriedade privada dos meios de produção e dos recursos da natureza, na geração irracional de riqueza material, o que leva à exploração predatória dos recursos naturais e na ausência de um planejamento social, democrático e racional da produção e distribuição. É preciso frear o sistema. A crise ambiental, causa e consequência das mudanças climáticas regionais e globais só terá solução com a superação do sistema capitalista e a consequente adoção de novo modo de produção e distribuição da riqueza.

No Brasil, esta crise alcança o cenário de terror devido à adoção explícita de políticas negacionistas pelo governo federal, que estão piorando de forma drásticas as condições de funcionamento da produção agrícola, a geração de energia elétrica, os regimes pluviométricos, impactando socialmente e mostrando que esta crise tem classe, gênero e raça.

O desrespeito com os solos, a água e as florestas já está sendo cobrado de forma pesada dos mais pobres, com o aumento do desemprego, da miséria, da fome, do preço da energia elétrica.

Neste sentido o PSOL propõe:

**1.** Desmatamento zero na região amazônica e nos outros biomas centrais para o equilíbrio ecológico, como o cerrado, caatinga e pantanal, o pampa e a recomposição da natureza destruída nestes, especialmente no cerrado, por sua importância vital na captação da água das chuvas e distribuição dessas águas para as bacias amazônica, do Paraguai, entre outras.

2. Alteração drástica da matriz energética, restringindo o uso de combustíveis fósseis, com a sua substituição por fontes de energias eficientes e não destrutivas. Luta contra a alienação energética, que tira a possibilidade dos povos dos países latino americanos de produzir e usufruir sua própria energia de forma mais justa e menos violenta, em detrimento de uma produção energética destrutiva que financia a extração e o capitalismo dependente.
3. Reversão da lógica dos megaprojetos de mineração, desencadeado na atual ampliação das fronteiras minerárias no país e cuja extração violenta serve apenas à exportação e lucro de poucos conglomerados multinacionais.
4. Luta pela abolição da lei de Terras de 1850, acompanhada por um processo de demarcação e reconhecimento das dinâmicas dos territórios dos povos originários, indígenas, retireiros, ribeirinhos e quilombolas, ante o reconhecimento de que seu modo de vida e produção de sua subsistência material tem na preservação e proteção dos recursos naturais um elemento central.
5. Proteção das reservas de água doce, com proteção às fontes, recomposição de matas ciliares, nascentes, brejos, várzeas, áreas úmidas, estuários, banhados e qualquer outra fonte hídrica disponível, reafirmando a característica do código florestal de preservar a vegetação como geradora de água.
6. Impedir a implantação de novos projetos agropecuários que gerem destruição dos solos, água e vegetação, e criminalizar as ampliações realizadas às custas de queima e derrubada da vegetação dos biomas.
7. Eliminação da produção agrícola baseada no uso excessivo e desnecessário de adubos químicos, venenos e na ocupação de grandes áreas desmatadas, e adoção de um modo de produção agrícola e de alimentos baseado nas técnicas da agroecologia e das agriculturas que valorizam a vida dos solos.
8. Rechaço a qualquer modelo de planejamento econômico e projeto desenvolvimentista que coloque o aumento da produção como elemento em contraposição às possibilidades de solução para os problemas sociais, como o desemprego e a miséria da população. A solução racional e ambiental para a superação das condições de penúria material passa necessariamente pela adoção de planejamento popular, democrático e científico da produção e na distribuição igualitária da riqueza.
9. O PSOL adotará uma campanha permanente de defesa destes pressupostos, seja na elaboração de seus documentos, como em campanhas de comunicação específicas e também em participação de fóruns e espaços políticos.

**Coordenação Nacional Ecosocialista do PSOL**

*9 de Setembro de 2021*